

ARQUEOLOGIA DO CAMINHO DAS TROPAS: proposta de estudo espacial dos sítios históricos no trecho entre os rios Pelotas e Canoas, SC.

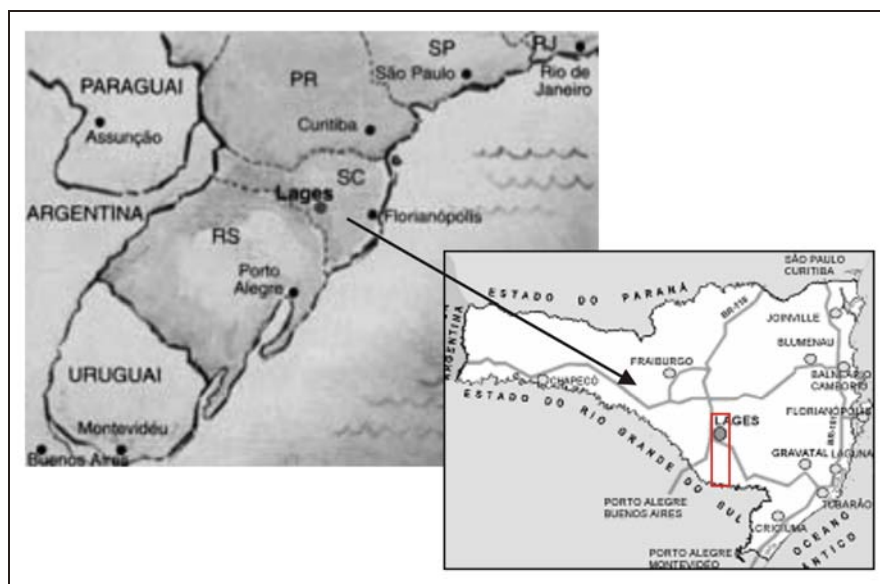
Ana Lucia Herberts¹

Introdução

Esta comunicação é a proposta de projeto de doutorado aceito no Programa de Pós-graduação – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, buscando contribuir para o estudo dos caminhos antigos no sul do Brasil, dentro de uma perspectiva de análise da arqueologia da paisagem.

O objeto de investigação será o estudo dos sítios arqueológicos históricos localizados ao longo do Caminho das Tropas, no trecho entre o rio Pelotas e o rio Canoas, municípios de Lages e Correia Pinto, estado de Santa Catarina, Brasil.

Pretende-se pesquisar o período temporal abrangido pelos séculos XVIII e XIX, período que compreende a abertura do Caminho das Tropas, a criação dos Registros de Santa Vitória e São Jorge, as primeiras tentativas de fundação de Lages e o estabelecimento das primeiras fazendas até a extinção dos registros e a abertura da Nova Estrada das Missões, abrangendo o período do Brasil Colônia e Império.



Mapa 1: Localização da área a ser pesquisada, assinalada em vermelho, na região sul do Brasil (<http://www.belasantacatarina.com.br/lages/lages-mapa1.gif> e http://www2.uol.com.br/familiaaventura/na-estrada/03_06_29_lajes_sc/imagens/mapa.jpg).

¹ Doutoranda do PPGH-PUCRS e bolsista do CNPq.

Histórico dos caminhos na região do planalto catarinense e das tentativas de fundação de Lages

O Caminho das Tropas, também conhecido pelos designativos: *Estrada das Tropas*, *Estrada Real*, *Estrada Viamão – Sorocaba*, *Caminho da Serra* ou *Estrada do Sertão* entre outros, foi aberto na década de 30 do século XVIII. No entanto, o histórico dos antigos caminhos no sul do Brasil é anterior a este período e remontam ao final do século XVII e início do século XVIII, com traçados distintos e anteriores ao Caminho das Tropas, além de outros caminhos abertos posteriormente nos séculos XVIII e XIX, como o *Caminho das Missões*.

O primeiro caminho utilizado para o comércio de animais foi o chamado *Caminho da Praia*, aberto no século XVII. Este seguia pela costa marítima, ligando a Colônia de Sacramento, no Uruguai, até Laguna e, deste porto, até às Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em outra versão do roteiro, o Caminho da Praia ia até São Francisco do Sul e, deste ponto, a tropa seguia para os campos de Curitiba pelo *Caminho dos Ambrósios*. De Curitiba a Sorocaba, continuava pelo caminho já existente desde pelo menos 1704, conhecido como *Estrada de Sorocaba* (JACOBUS, 1997, p. 14).

A abertura do *Caminho dos Conventos* em 1728, pelo Sargento-mor Francisco de Souza e Faria, que ligava o litoral aos campos de Cima da Serra, impulsionou as incursões exploratórias na região serrana de Santa Catarina, que na época pertencia à Capitania de São Paulo. Pelo vale do rio Araranguá, o Caminho dos Conventos partia da Vila de Laguna e ultrapassava a Serra Geral, penetrava nos campos de Cima da Serra e seguia em direção aos campos naturais que se abriam até a Vila de Curitiba, continuando no trecho já existente até a Vila de Sorocaba. O referido caminho fazia a interligação entre o Caminho da Praia e a Estrada de Sorocaba, no sentido leste-oeste, de Araranguá a Curitiba. Este segundo roteiro permitia a ligação entre São Paulo e a Colônia de Sacramento, estabelecendo assim “(...) uma comunicação militar mais segura e livre dos azares da navegação marítima de então” (BARROSO, 1995, p. 37).

O gado muar e *vacum* que era recolhido nos campos da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e seguia este caminho até as feiras de Sorocaba, na Capitania de São Paulo, onde eram comercializados e redistribuídos para outras Capitanias, principalmente para as áreas mineradoras que necessitavam não apenas de gado para o corte, mas principalmente de animais para o transporte. No início do ciclo do tropeirismo, o gado *vacum* não era a principal mercadoria, conforme a historiadora Vera Lucia Maciel Barroso (1995, p. 37) explica:

Esse era preado para consumo ao longo do caminho. Portanto, o tropeirismo do século XVIII teve na mula (animal de tração para transporte

pesado em caminhos penosos), a mercadoria que os mineiros precisavam para animar a mineração, a principal economia da colônia portuguesa na América, especialmente ao longo da primeira metade dos anos de 1700.

O Caminho dos Conventos, por suas dificuldades e distância maiores, foi abandonado em 1732. Outro caminho, com novo traçado, facilitou a comunicação entre as feiras de Sorocaba e os campos de Viamão, onde o gado era recolhido. Ao passo que a primeira via obrigava aos viajantes descerem e subirem a Serra Geral, a nova comunicação entre a Vila de Sorocaba e Viamão se fazia toda por Cima da Serra facilitando muito a condução do gado para as feiras no sudeste brasileiro.

O Caminho das Tropas, traçado por Cristóvão Pereira de Abreu, entre 1731 e 1734, alterava o roteiro do litoral dos atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o interior, atravessando os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná pelo planalto. Os tropeiros vindos do sul, nas imediações de Palmares, passaram a enveredar para os Campos de Viamão. A partir deste ponto, o roteiro tomava o rumo na direção do rio Rolante, afluente dos Sinos, para, em seguida, avançar aos Campos de Cima da Serra. E depois, atravessando o rio Pelotas, chegavam aos Campos de Lages para, finalmente, atingir os Campos de Curitiba e chegarem a Sorocaba (BARROSO, 1995, p. 37-8). O Caminho das Tropas tinha aproximadamente 1.500 Km de extensão entre o Registro de Viamão, no Rio Grande do Sul, e o Registro de Sorocaba, em São Paulo.

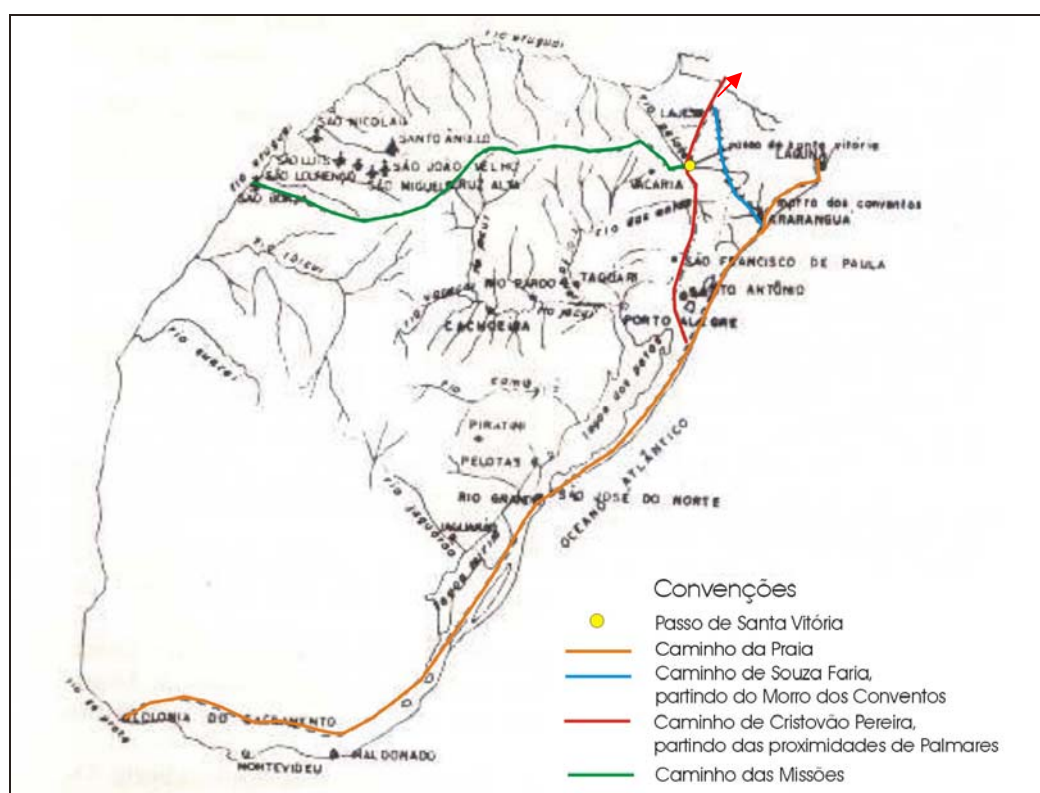
No período de apogeu da extração de ouro e diamante na Capitania de Minas Gerais, principalmente entre os anos de 1737 e 1750, as atividades econômicas e a mão-de-obra disponível na região especializavam-se cada vez mais na atividade mineradora. Isso contribuiu para que se despertasse a necessidade de uma rede de comunicações terrestres com outras capitanias, as quais teriam, entre outras funções, a de garantir o abastecimento do mercado interno de mulas, gado e produtos agrícolas.

Inicialmente, era a região nordeste do Brasil Colônia a responsável pelo fornecimento de gado à região mineradora. Estes animais eram conduzidos por picadas ao longo do rio São Francisco. Mas, em razão do contrabando, a Coroa Portuguesa proibiu o tráfego por este rio, passando então o Rio Grande do Sul a abastecer o mercado interno de muar e gado *vacum* (OLIVEIRA *et al*, 2002^a).

As minas auríferas da Capitania de Minas Gerais situavam-se distantes do litoral e em topografia acidentada, o que exigia um sistema de transporte eficaz para o efetivo desenvolvimento da atividade mineradora. As tropas de mulas representavam, desta forma, um importante papel no Ciclo do Ouro, pois o gado muar era o meio de transporte mais apropriado para a realidade da região. Por outro lado, o rebanho de muares era abundante na

região sul, o que garantia o abastecimento das minas. Dessa forma “a necessidade de abastecer a região das minas permitiu o desenvolvimento do tropeirismo como atividade econômica para animais de carga” (FURTADO *apud* SARTORI, VARELA *et al*, 2004). Isto propiciou a integração econômica e o intercâmbio cultural da região sul com o mercado interno do Brasil Colônia e Império.

Com a abertura do Caminho das Tropas, os Campos de Lages continuaram desempenhando papel importante nesta nova rota, servindo de pouso para tropa e engorda dos animais. “Depois de aberta esta estrada em Cima da Serra, passaram-se alguns anos até que suas margens estivessem povoadas pelas inúmeras fazendas que iam pouco a pouco surgindo” (OLIVEIRA *et al*, 2002^a).



Mapa 2: Localização dos primeiros caminhos abertos no sul do Brasil. Fonte: FERREIRA FILHO, 1974 *apud* BARROSO, 1995, p. 38. Arte gráfica: Ana Lucia Herberts.

Aos poucos, alguns paulistas e portugueses envolvidos neste ramo da economia colonial instalaram-se nos Campos de Cima da Serra na parte sul da colônia portuguesa (atual planalto catarinense) com o objetivo de formarem fazendas para a criação de gado. O local era estratégico, pois garantia o descanso das tropas e a engorda dos animais que eram arrebanhados nos campos naturais da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e que seguiam para a região mineradora.

Os primeiros a se instalarem nas margens deste caminho foram os tropeiros que haviam requerido as sesmarias e os militares que as haviam recebido como forma de

pagamento pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa. Estes vinham acompanhados de suas famílias e escravos. Ao longo desse caminho, formaram-se assim, várias fazendas para a criação e engorda de gado. Estes locais eram denominados de Invernadas.

As fazendas “(...) eram currais para onde era aprisionado o gado *reiúno* capturado. Nos campos de Lages e Vacaria crescia espontaneamente a população de gado *vacum* remanescente das missões jesuíticas” (MACHADO, 2001, p. 15). As primeiras áreas ocupadas foram as pastagens naturais, consideradas mais valiosas e apropriadas para a criação do gado.

Com o crescimento do comércio mular e de gado *vacum*, a Coroa Portuguesa tratou de estabelecer no percurso do Caminho das Tropas os registros de cobrança de impostos sobre cada animal, também conhecidos como Contagens e a instalação de povoados. “Os registros eram postos estabelecidos nas estradas reais, em locais de passagem obrigatórias para as tropas, onde não houvesse facilidade de desviar o gado por outras vias. Esses registros eram fundados em pontos estratégicos de estradas importantes do país, mas também para o controle sobre passagem de animais e de pessoas” (OLIVEIRA *et al*, 2002^b).

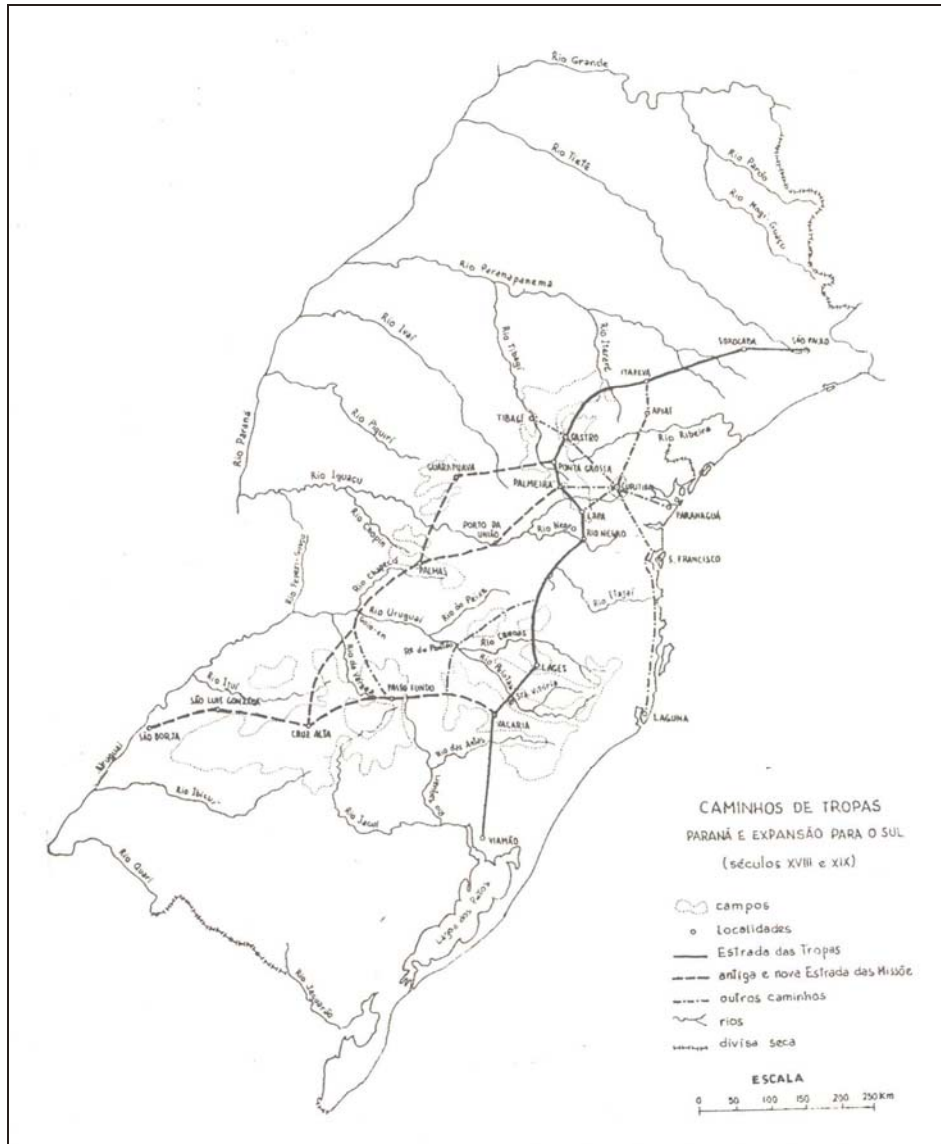
As estradas da Coroa Portuguesa, conforme explicação de Márcio Santos (2001, p. 155): “Reforçaram o caráter legal, de caminho obrigatório para pessoas e mercadorias, agregando o adjetivo ‘real’ ao nome – tornaram-se estradas reais”.

Neste contexto, foram estabelecidos registros ao longo do Caminho das Tropas a partir da segunda metade do século XVIII. No trecho do Caminho das Tropas entre os rios Pelotas e Canoas foram fundados os Registros de Santa Vitória e o de São Jorge. Acredita-se que o Registro de Santa Vitória tenha sido fundado em 1772, no Passo de mesmo nome, local de travessia do rio dos Infernos ou rio das Pelotas (atual rio Pelotas), situado na margem direita da foz do rio dos Touros, atual divisa entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Lages (SC).

De acordo com José Eduardo Pimentel de Godoy (s./d), autor de *Breve Memória Histórica das Alfândegas Brasileiras*, que elaborou o *Catálogo das Repartições Fazendárias - Brasil Colônia*, descreve a estrutura de um registro no Brasil colonial:

O registro ficava, normalmente, numa estrada regular, em um "vão de serra", "fecho de morros" ou desfiladeiro, próximo a um curso de água, que além de assegurar o abastecimento da repartição, retardava ou dificultava a passagem dos contribuintes. Os caminhos clandestinos eram vedados e vigiados por "guardas", postos com funções exclusivamente repressoras. O pessoal dos registros se compunha de um Administrador (representante do Contratador), um Fiel (representante da Fazenda Real), um Contador e dois ou quatro soldados. Os prédios consistiam na "casa do registro", nas residências do fiel e do administrador, no quartel dos soldados, num rancho para os tropeiros contribuintes e num curral para os animais. A estrada era fechada por um portão com cadeado. O

equipamento era mínimo: livros contábeis, cofre, balança com pesos, medidas para volumes, armas e utensílios domésticos.



Mapa 3: Localização dos caminhos abertos no Brasil Meridional. Fonte: RODERJAN, 1995^a, p. 27.

O Registro de Santa Vitória, da mesma forma que os demais registros,

(...) era um complexo de construções onde existiam currais para os cavalos pertencentes à guarda, currais para descanso dos animais em trânsito e currais para apreensão de animais conduzidos indevidamente. Além destas construções existia também o prédio do Registro (ou Coletoria como foi chamado posteriormente), um destacamento militar, com as casas dos diversos soldados e militares que habitavam o posto. (OLIVEIRA et al, 2002^b).

Entre o período de 1776 e 1781, o Registro de Santa Vitória foi desativado, não sendo efetuada a cobrança dos impostos. No mesmo período foi fundado outro registro, o de São Jorge, junto ao rio das Canoas, atualmente conhecido somente como rio Canoas.

O *Registro São Jorge das Lajes* ou *Registro do Rio das Canoas*, como foi denominado, situava-se nas proximidades da Vila de Lajes, sobre o rio das Canoas, afluente do rio Pelotas. Provavelmente estava instalado na margem esquerda do rio, visto que os tributos sempre eram pagos antes de cruzar um rio ou obstáculo natural. Este é mencionado em 1772 e 1780 nos documentos². É provável que o registro nomeado de “São Paulo da Vila de Lages” fosse o mesmo que o Registro de São Jorge, uma vez que é situado em local idêntico a este: situado perto da Vila de Lajes, junto ao rio das Canoas.

Aparentemente, o Registro de São Jorge não foi desativado, pois segundo as informações encontradas por André Luiz Jacobus (1997, p. 19), esta notícia dirigida “(...) ao governador de São Paulo datada de 20/07/1783, sobre a arrematação, por três anos, dos direitos deste registro feita pelo Capitão Manoel Antonio de Araújo ‘dos Direitos do novo Registro da Villa de Lagens’ (...). E para o triênio de 1786-88 encontramos a referência, datada de 15/04/1786, sobre a arrematação do ‘novo Registro do Rio das Canoas’ (...)”.

Mais tarde, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), o Registro de Santa Vitória foi palco de disputa entre imperiais e farroupilhas, já que se tratava de ponto militarmente estratégico, na única estrada de acesso a São Paulo, pois controlava a entrada e saída de reforços, assim como o abastecimento de mantimentos. Com a tomada do registro pelos farroupilhas, a Coletoria é transferida provisoriamente para a margem catarinense do rio Pelotas.

Com a reativação deste registro, suas atividades perduraram até 1848, arrecadando taxas aos cofres da Real Fazenda (SILVA, 2004^a). Outro registro foi então fundado na localidade de Pontão, situado na confluência dos rios Pelotas e Canoas. Com a abertura de um novo caminho, dispensava-se a travessia dos rios caudalosos e os difíceis terrenos de acesso aos Campos de Cima da Serra, oficializando assim a expansão para o oeste.

Mesmo com desativação definitiva do registro, o Passo de Santa Vitória continua sendo utilizado como ponto de passagem e travessia do Rio Pelotas durante os séculos seguintes, como na Revolução de 1893 e no levante de 1923 (Oliveira *et al*, 2002^b).

O Caminho das Tropas e os elementos instalados ao longo da via: registros, pousos, fazendas, armazéns e outros podem ser entendidos como vetores de relações sociais e econômicas que propiciaram a formação de várias comunidades no planalto (Jacobus, 1997, p. 16-17).

Dentro do contexto do Caminho das Tropas, a fundação oficial de Lages ocorreu em

² RIHGB/AHU/SP, 7:84 - Documentos Interessantes, 43:359 *apud* www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/Historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm.

1766 pelo Capitão-mor Antônio Corrêa Pinto de Macedo. Dom Luis Antônio de Souza, o Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, quando ordenou a Correia Pinto, a fundação da *Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lagens*, atual cidade de Lages, visava constituir um povoado nos Campos de Cima da Serra para efetiva posse dessas terras. Em um documento datado de 07/08/1766, o referido governador afirmava que:

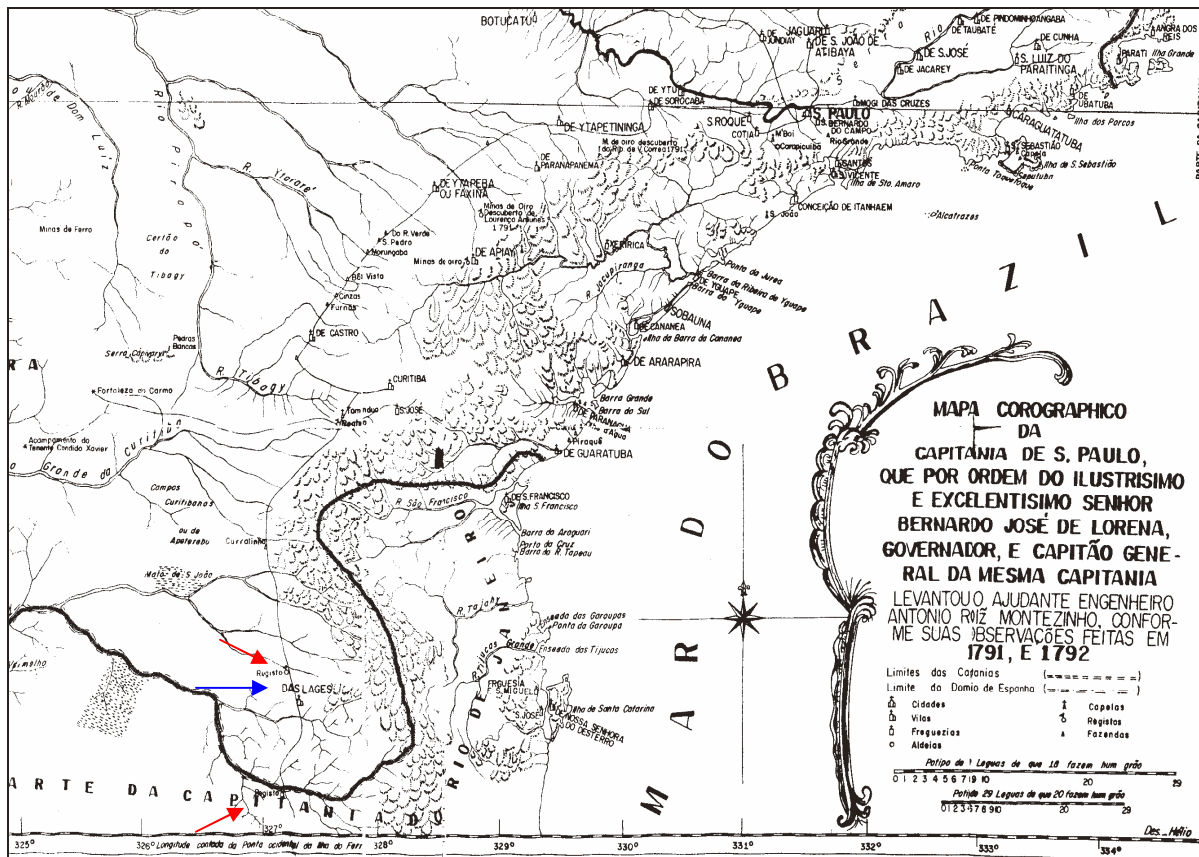
Porquanto tenho determinado em virtude das ordens de S. Majestade aumentar as povoações desta Capitania, e tenho notícia que na paragem chamada as Lagens, sita no sertão de Curitiba há terras suficientes para estabelecer uma boa povoação, ordeno ao capitão-mor regente do dito sertão Antônio Correia Pinto – sirva de diretor, fundador e administrador da dita povoação: pois me consta concorrerem na sua pessoa circunstâncias de cristandade, capacidade e retidão para dirigir os povos dela, conforme ordens, que incumbirem e lhe permito, convoque para o dito feito todos os forros carijós administrados, que tiver notícia andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República, e os obrigue ir povoar as ditas terras, estabelecendo nelas a referida povoação, elegendo sítio proporcionado para ela, e fazendo guardar aos moradores parte ou todos os privilégios, que S. Majestade tem concedido aos que estabelecem colônia de novo (...). (RAMOS, 1944, p. 16).

A Vila de Lages ou Lajens como era conhecida, foi fundada inicialmente no lugar denominado Taipa - atual Coxilha Rica, onde existia uma pequena ermida erguida por tropeiros. Este local foi abandonado e a segunda tentativa de povoação ocorreu junto ao rio Canoas, próximo da atual cidade de Correia Pinto. No entanto, o local não era propício, sendo também abandonado devido a uma grande enchente.

Em maio de 1771 o povoado é elevado a categoria de Vila com o nome de *Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lajens*. Lages era então oficialmente fundada no local onde hoje se encontra, as margens do arroio Cará e próximo ao rio Caveiras. Provavelmente teve seu início nas imediações do Colégio Rosa, ou seja, Escola Básica Vidal Ramos. Nesta última tentativa obteve melhores resultados, sendo constituído o núcleo do povoamento. Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da Capitania de São Paulo, já havia previsto em ordenamento de 1776 o arruamento das casas da vila; embora alguns fazendeiros e suas famílias ainda residissem nas sedes das fazendas, era obrigatória a construção de casas próxima da praça central da vila. O objetivo da administração era fortalecer a sobrevivência daquele povoado.

A fundação de Lages representou uma estratégia de ocupação e povoação desta área do interior do Brasil Colônia, conhecida como *Sertão de Curitiba*. Outro fator relevante foi estabelecimento de uma barreira contra a ameaça de expansão do território espanhol, promovendo a ocupação da área com fins de defesa territorial. Em meados do século XVIII, a

Coroa Portuguesa estava receosa com a instalação de Missões espanholas na região. Aliado, soma-se o fator econômico, onde o povoado de Lages serviria de ponto de apoio entre o centro produtor de gado *vacum* e luar, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e o centro consumidor, a Capitania de São Paulo.



Mapa 4: Capitania de São Paulo em 1791 e 1792, sendo sinalizado a localização da Vila de Lages (seta azul) e dos registros (seta vermelha) de Santa Vitória (rio Pelotas) e São Jorge (rio Canoas). Fonte: extraído de BELLOTTO, 1979, p. 239 *apud* BRÜGGEMANN, 2004.

Em 1820, o território da Vila de Lages é anexado à Província de Santa Catarina, desmembrando-se da Província de São Paulo, a qual estava ligada e representava a fronteira meridional da Capitania de São Paulo com a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Os primeiros que se instalaram na região neste período requereram ao Império a doação de sesmarias, ocupando as terras devolutas. Este regime de sesmarias ocorreu até 1822 no Brasil, sendo substituída pela Lei Imperial de Terras, segundo a qual, as pessoas que possuíam terras deveriam solicitar a província o título de proprietária e solicitar a medição dentro dos prazos estabelecidos. Isto garantiu a legitimação da posse e a propriedade privada das terras na região do planalto catarinense. Conforme Paulo Pinheiro Machado (2001, p. 21) esclarece: “(...) muitos fazendeiros já possuíam títulos de sesmarias expedidos pelo Governador de São Paulo. As áreas variavam de 2.000 a 15.000 hectares, reproduzindo no

planalto serrano o mesmo padrão latifundiário dominante no Brasil”.

A mão de obra escrava também esteve presente na ocupação do planalto e desenvolvimento do tropeirismo, assim como restante do Brasil. O próprio fundador Correia Pinto trouxe consigo escravos. Segundo estatísticas da colônia apresentadas por Licurgo Costa (1982), existiam em 1777, 191 escravos recenseados em Lages, e destes 31 pertenciam ao capitão-mor. Em 1887, o número de escravos era de 1.064. Sua presença nas fazendas era significativa, atuando como “(...) trabalhadores domésticos, peões, capatazes, taapeiros, madrinheiros, acompanhantes e condutores de tropas (...)” (SARTORI, VARELA *et al*, 2004). Conforme Sebastião Ataíde (1988), que realizou estudo sobre a presença do negro no planalto catarinense, havia uma divisão dos escravos de acordo com a atividade desenvolvida nas fazendas:

(...) tinha o pessoal da casa, o pessoal do campo e os da roça... os escravos da casa se encarregavam dos serviços artesanais e de utilidades, esses viviam mais próximos dos senhores, tinha de se adaptar aos costumes das famílias... O pessoal do campo e da roça, eram mais rudes e se tornavam mais grosseiros, ficavam longe dos patrões, mas entregues ao feitor ou capataz.

Nas fazendas de criação de gado havia várias edificações, sendo comum na paisagem da sede a casa do proprietário da fazenda e, próximo dela, a casa dos agregados e escravos, alguns currais, galpões, uma pequena capela e ranchos para armazenar alimentos para o gado nas épocas de estiagem. Nas grandes construções e nos currais era comum a utilização de blocos rochosos para a construção das taipas, matéria prima muito abundante nos campos, que serviam para delimitar espaços. Os corredores de taipa de pedra foram construídos para delimitar os caminhos, servindo ao propósito de manter a tropa reunida, assim como evitar que o gado que seguia no caminho se dispersasse e se confundisse com o gado das fazendas locais.

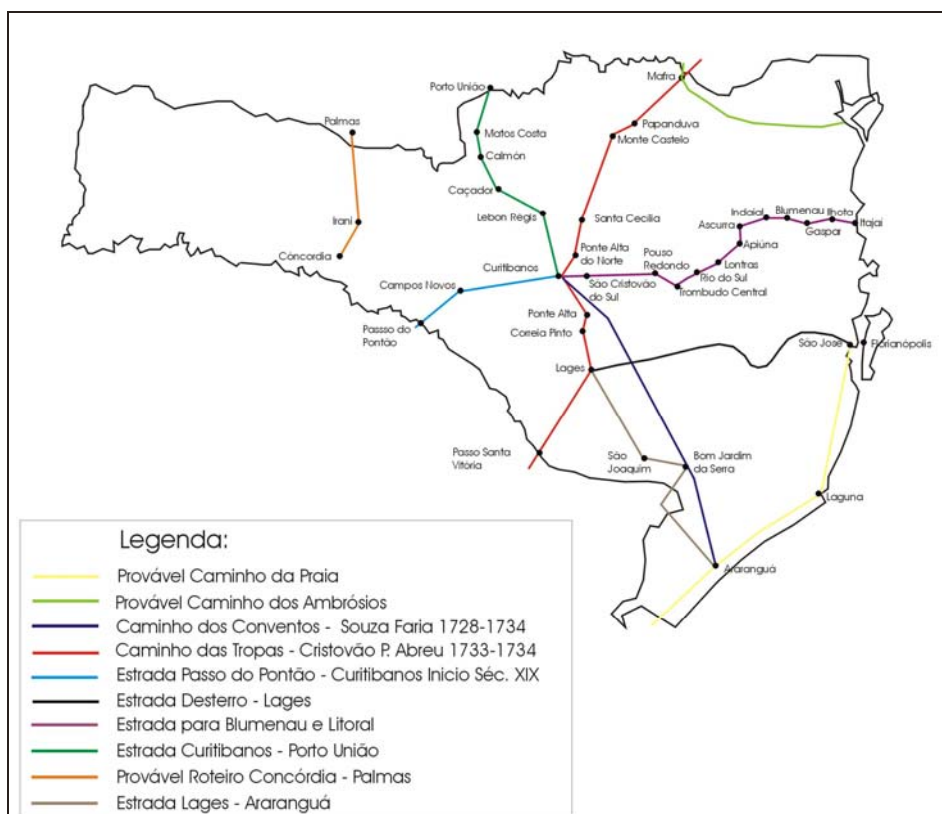
A utilização de blocos rochosos, como material construtivo não estava presente apenas nas fazendas e nas invernadas próximas dos caminhos, mas em quase todas as estruturas construídas na época: mangueiras, corredores, muros de divisa, etc... Esta maneira de construir também foi utilizada nos registros e passos que ficavam nos caminhos junto aos rios caudalosos. A presença dessas construções contribuía para fortalecer a posse dos territórios, principalmente, entre as Capitanias vizinhas que ao longo de todo o século XVIII não possuíam suas fronteiras bem delineadas.

Portanto, ao estudar o contexto histórico da ocupação dos campos de Lages, não se pode perder de vista, a função que o povoado deveria desempenhar no século XVIII e ao longo do XIX, não somente a Vila instalada em 1771, mas também as fazendas de criação de

gado, as invernadas, os caminhos que cruzavam esses campos, os passos e os registros que cobravam impostos e demarcavam os limites territoriais das Capitanias confrontantes. As fazendas articulavam-se com o mercado interno de gado, seja produzindo charque, tratando o couro ou apenas engordando os animais para o abate. A fundação da Vila de Lages obedecia, portanto a um conjunto de estratégias administrativas bastante claras:

Lages foi uma das cidades do período colonial brasileiro, com fundação planejada e cuja construção obedeceu a um objetivo claro: o de colocar em boa posição estratégica um núcleo de população que, além de marcar a ocupação portuguesa, constituísse, quando necessário, um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território que Lisboa considerava, com poderosas razões, de sua propriedade. (COSTA, 1982, p. 17).

Por fim, pode-se perceber na paisagem atual um território muito bem delimitado. Ainda é possível visualizar nos campos as taipas que demarcavam os caminhos, os corredores e as fazendas, assim como aquelas que formavam os currais, mangueiras e as invernadas. Os antigos cemitérios existentes ao longo das fazendas ainda jazem como testemunhos das famílias que ali habitaram. Os vestígios de outras construções ainda permanecem como resquícios de outrora.



Mapa 5: Caminhos abertos no Estado de Santa Catarina. Elaborado a partir de MORAES, 2004^c, p. 424. Acréscimo do Caminho dos Ambrósios e do Caminho Desterro a Lages. Arte gráfica: Ana Lucia Herberts.

Finalmente, além do Caminho das Tropas, existiam outros caminhos que se interligavam à rota do principal (ver mapa 5), portanto “(...) em se tratando de Tropas e Caminhos o plural é sempre um aspecto que precisa ser acrescentado, pois não havia apenas um, mas vários (...) (SARTORI, VARELA *et al*, 2004)” como os que existiram em Santa Catarina.

Revisão bibliográfica das pesquisas históricas e arqueológicas relativas ao Caminho das Tropas

A bibliografia arqueológica relativa ao estudo dos caminhos ainda é muito pouco expressiva se comparada à produção de cunho historiográfico no Brasil. Ao longo do Caminho das Tropas foram realizadas poucas pesquisas arqueológicas. Estas contemplaram intervenções arqueológicas nos Registros de Viamão, situado à margem do rio dos Sinos, atualmente no município de Santo Antônio da Patrulha, e Santa Vitória, localizado à margem do rio Pelotas em Bom Jesus, ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

O Registro de Viamão ou da Guarda, foi alvo de várias etapas de pesquisas e em momentos distintos. Na década de 60, ocorreram as primeiras prospecções coordenadas por Eurico Theófilo Miller, proposta pelo Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL, através do *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA*. Nos anos 90, as pesquisas foram intensificadas com o *Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha - PASAP*, coordenado por André Jacobus, também vinculado ao MARSUL (JACOBUS, DIAS E THADDEU, 1995). Além disso, ocorreu a realização da terceira edição do *Sítio Escola Internacional de Arqueologia*³ e a produção de uma dissertação de mestrado (JACOBUS, 1997). Posteriormente, foram realizadas ainda outras intervenções neste sítio arqueológico, relacionadas à seqüência do cronograma de pesquisas do PASAP.

Jacobus (1997) desenvolveu a dissertação de mestrado intitulada *Resgate Arqueológico e Histórico do Registro de Viamão* e publicou vários artigos referentes a esta pesquisa (1995, 1998, 2000). O autor buscou apresentar o papel importante que o Registro de Viamão teve para a história do Brasil dentro do contexto da Estrada das Tropas:

Esta região, em decorrência da instalação deste Registro, foi uma das primeiras, no sul do Brasil, a ter fixada uma população euro-africana de maneira permanente. Foi também de grande significado na economia interna desta colônia do século XVIII português, pois por ali transitava o

³ O III *Sítio Escola Internacional de Arqueologia* ocorreu em 1995, sendo organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL, com coordenação do Prof^o Klaus Hilbert. Na oportunidade foram escavados dois sítios arqueológicos históricos: a Guarda Velha 2 e a Tapera da Figueira; e prospectadas as localidades de Campestre e Monjolo.

principal meio de transporte da época, isto é, o gado muar e cavalariço, e que seria comercializado em São Paulo, abastecendo principalmente a região mineradora. (JACOBUS, 1997, p. 13).

A partir da contextualização histórica do Registro de Viamão, o autor aborda a Estrada das Tropas sob uma perspectiva da arqueologia da paisagem, analisando a origem do registro, a instalação, a função, a importância e a sua extinção. Busca também compreender a ocupação humana na região, abordando a questão da cultura material, a partir da análise e interpretação das estruturas e dos vestígios arqueológicos, nas diferentes intervenções arqueológicas ocorridas no sítio.

Os vestígios arqueológicos resgatados no Registro de Viamão, resultante das diversas intervenções realizadas, foram: telhas, massas de barro queimadas, metais, vidros, artefatos líticos, fragmentos e artefatos ósseos, madeiras carbonizadas, louças e cerâmicas. Quanto às estruturas arqueológicas, foram evidenciadas duas fogueiras e algumas perfurações na rocha base formando linhas retas.

No âmbito do projeto *O Povoamento dos Campos de Cima da Serra: Bom Jesus e São José dos Ausentes*, que esteve vinculado ao Núcleo de Pesquisas Arqueológicas – NUPArq e ao Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia – MUAEE, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Lizéte Dias de Oliveira e equipe (2002^a, 2004^a e s./d.) iniciaram em 1998 estudos sobre o povoamento dos Campos de Cima da Serra, com o objetivo de acompanhar o processo de conquista e colonização do extremo nordeste do Rio Grande do Sul, reconstruindo o contexto histórico-espacial do Caminho da Tropas. A proposta foi reunir os dados históricos, geográficos, arqueológicos, arquitetônicos e demográficos e incorporar em um *Sistema de Informação Geográfica (SIG)* do programa *ARC-INFO*.

Dentro desta proposta, o Registro de Santa Vitória foi localizado e registrado, sendo alvo de uma campanha em 1999, na qual foram realizadas intervenções arqueológicas com o objetivo de evidenciar as diversas estruturas arqueológicas existentes e estabelecer os limites do sítio (OLIVEIRA *et al*, 2002^b; OLIVEIRA, 2004^b). O Registro de Santa Vitória se situa na confluência do rio dos Touros com o Pelotas, em área de encosta forte, formado por três terraços, compostos por vestígios de estruturas arquitetônicas.

Na metodologia de campo, empregaram a coleta superficial assistemática do material arqueológico e a realização de três poços testes de 1x1m em áreas distintas, para evidenciar a estratigrafia e obter amostras do material arqueológico. Os principais vestígios arquitetônicos detectados foram de áreas construídas: restos de paredes, uma escada e uma depressão, provavelmente um porão; além de muros de taipa de pedra. A cultura material proveniente desta etapa de campo foi bastante variável: pregos, vidros, louças, couros, madeiras, ossos,

dentos, estojos de projéteis, cerâmicas e carvões.

Atualmente, encontra-se em andamento o projeto de pesquisa sobre a paisagem arqueológica do tropeirismo no município de Bom Jesus e o Registro de Santa Vitória por Adriana Fraga Silva (2001 e 2004^a, 2004^b e 2004^c), como objeto de estudo para sua dissertação de mestrado no PPGH da PUCRS, sob o título “Para uma interpretação da paisagem arqueológica do tropeirismo em Bom Jesus / RS” (SILVA, 2003). A autora busca compreender como se configurou a organização espacial produzida na região ao longo dos séculos XVIII e XIX, em função do tropeirismo e da instalação do posto de arrecadação tributária, o Registro de Santa Vitória, tendo como referencial teórico a arqueologia da paisagem.

Em recente pesquisa realizada no município de Bom Jesus pela equipe do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas – NUPARq da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (COPÉ, 2004), na vigência do projeto de *Levantamento Arqueológico da UHE Pai Querê*, foram localizados dois novos sítios arqueológicos históricos, além do Registro de Santa Vitória (RS-PQ-18), os sítios: RS-PQ-34 e RS-PQ-35, ambos relacionados ao Caminho das Tropas. Os trabalhos executados neste projeto restringiram-se somente ao registro arqueológico destes sítios.

No sítio RS-PQ-34, foi registrado um complexo de mangueirões, um cemitério e um trecho do corredor do Caminho das Tropas. Segundo a descrição de Silvia Moehlecke Copé (2004, p. 71):

Estes mangueirões e o corredor foram construídos no século XVIII como estruturas para a atividade tropeirística na área. Esta fazenda foi utilizada como pouso para tropeiros, e os corredores são parte do caminho que segue até o Registro de Santa Vitória. Quanto ao cemitério, a prefeitura de Bom Jesus instalou uma placa em homenagem aos soldados farroupilhas que ali lutaram em 1839. Desta forma, salientamos a intensa ocupação da área também nos tempos históricos e sua importância estratégica para estruturação da atividade tropeirística durante os séculos XVIII e XIX.

No outro sítio, o RS-PQ-35, foram registrados os mangueirões, o corredor e os vestígios de um banheiro de gado. “Nesta região, tem-se cerca de 3 Km de corredor em ótimo estado de conservação. Um ponto interessante sobre estas estruturas está no fato da mangueira estar situada dentro do corredor, indicando uma passagem obrigatória” (COPÉ, 2004, p. 72).

Com relação ao sítio Registro de Santa Vitória (RS-PQ-18), a equipe de pesquisa verificou em sua etapa de 2004 que: “(...) a ruína encontrava-se, em boa parte, coberta de vegetação, embora ainda pudesse ser bastante visível. (...) Ele é formado por pelo menos três patamares onde existem ruínas de uma antiga construção de pedra. No seu entorno também

podemos notar uma série de corredores” (COPÉ, 2004, p. 34).

Segundo a mesma autora, o Registro de Santa Vitória ou Passo, como é popularmente conhecido pelos moradores locais:

(...) desempenhou um importante papel no cenário econômico e social do Rio Grande do Sul durante o período colonial. Funcionou como um posto de “pedágio” e sua função não ficou limitada a arrecadação de tributos para os cofres da coroa portuguesa, sobre os produtos, principalmente o gado vacum e muar, que por ele passavam, mas também, através deste posto pretendia-se controlar o trânsito de pessoas, evitando a passagem de desertores. (COPÉ, 2004, p. 77-78).

No Paraná, a arqueóloga Claudia Inês Parellada (s./d.) realizou intervenção arqueológica na restauração da Capela Santa Bárbara do Pitangui, no Caminho das Tropas, próximo à cidade de Ponta Grossa⁴ e a equipe do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA da Universidade Federal do Paraná - UFPR realizou o levantamento e zoneamento arqueológico do Caminho do Itupava (CHMYZ *et al*, 2001) e a consultoria arqueológica para as obras de restauro e revitalização do Caminho da Graciosa (CHMYZ *et al*, 2002).

Outro trabalho nesta temática, mas na região sudeste, é a monografia de Ana Cristina Sousa (s./d.) intitulada *Caminhos antigos enquanto artefatos*, que investiga o Caminho Novo e suas variantes que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, dentro de uma perspectiva reflexiva acerca da arqueologia da paisagem. A autora aborda os caminhos enquanto vetores de relações sociais e econômicas, analisando os espaços públicos (pousos / ranchos, vendas e hospedarias) e os privados (casas e fazendas) no contexto dos caminhos daquela região.

Dentro de uma abordagem histórica, vários são os artigos, monografias e comunicações sobre a temática dos caminhos no sul do Brasil, relacionados ao Caminho das Tropas ou ramais destes ou a outros caminhos, como por exemplo, o caminho entre a Ilha de Santa Catarina, Vila de Desterro, atual Florianópolis e Lages.

Adelson André Brüggemann (2004) realizou o trabalho de conclusão de curso, graduação em história na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, intitulado *Ao Poente da Serra Geral: A abertura de um caminho entre as Capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. O autor trabalha a abertura do caminho entre a Ilha de Santa Catarina (Capitania de Santa Catarina) e a Vila de Lages (Capitania de São Paulo) nas últimas décadas do século XVIII, analisando os interesses políticos, econômicos e

⁴ Disponível em <http://celepar8cta.pr.gov.br/secs/Cnoti.nsf/0/7e1336308af73d8703256cc500753923?OpenDocument> acessado em 26/11/2004.

administrativos que estavam em jogo na abertura deste caminho, que ligava em Lages, ao entroncamento do Caminho das Tropas. Segundo este estudo, as razões que levaram a abertura deste caminho, foram explicitamente por interesses militares que visavam a proteção da Ilha de Santa Catarina. Havia também a necessidade de trocas comerciais entre a Capitania de Santa Catarina e a Vila de Lages.

No Caminho das Tropas, mais especificamente em relação ao trecho proposta de pesquisa, está sendo desenvolvido o projeto de pesquisa *Levantamento do Patrimônio Histórico, Ambiental e Sócio-econômico do Caminho das Tropas – Trajeto Cajuru/Passo Santa Vitória – Lages, SC* (SARTORI, VARELA *et al*, 2004). Este projeto está sendo realizado pela Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC em convênio com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina – FUNCITEC, Fundação Catarinense de Cultura – FCC, Prefeitura Municipal de Lages e UNIPLAC.

O referido projeto é pioneiro na região e vem atuando ativamente desde 2002 dentro de uma proposta multidisciplinar, com o objetivo de identificar os conjuntos arquitetônicos, históricos e ambientais de interesse de preservação. A pesquisa está dividida em cinco grupos de trabalhos: meio ambiente, história, sócio-econômica, arquitetura e fotografia e vídeo. A metodologia centrou-se na pesquisa histórica, levantamento bibliográfico, levantamento fotográfico, elaboração da carta geográfica dos corredores de taipa de pedra, na análise ambiental através do levantamento florístico, estudo da paisagem e no levantamento arquitetônico de cinco sedes de fazendas dos séculos XIX e XX.

Neste extenso levantamento deste trecho foram identificadas estruturas remanescentes do caminho como: corredores de taipa de pedra, áreas de pouso da tropa, áreas de guarida d'água, mangueirões entaipados, fazendas centenárias e possivelmente, o que se acredita ser a primeira fundação de Lages. O estudo revelou a existência não somente de um caminho na Coxilha Rica, mas de muitos outros:

A partir do rio Pelotas, observam-se com nitidez três caminhos distintos. O levantamento mostrou que um dos caminhos, partindo do Passo Santa Vitória, toma direção mais a oeste levando o caminho no sentido do hoje município de Campos Novos, passando antes por Capão Alto e Campo Belo do Sul, sendo este um dos caminhos que levaria a São Paulo. Partindo do mesmo ponto, porém, mantendo o sentido norte, foi identificado outro caminho que corta a Coxilha Rica, passando por Morrinhos, Cajuru, alcançando a atual região urbana de Lages e seguindo no sentido de Curitiba, formando assim o “Real Caminho de Viamão”. Além desses, foi identificado outro percurso em direção ao litoral do estado, em grandes trechos também ladeado por taipas, formando um longo corredor, passando

pela Fazenda Boa Vista, seguindo para os municípios de Painel e São Joaquim. Este caminho serviu para o transporte de charque e couro, principais produtos comercializados entre o planalto e o litoral. (SARTORI, VARELA et al, 2004).

O levantamento arquitetônico privilegiou uma investigação inicial a cerca das fazendas situadas na localidade de Coxilha Rica, realizando estudo de caso de cinco exemplares - Fazendas Santa Tereza, São João, Limoeiro, Tijolino e Cajuru – situadas ao longo do traçado do Caminho das Tropas. Para tanto, empregaram o conceito de unidade produtiva rural, para designar o conjunto de edificações e espaços das fazendas, aliada a análise tipológica procurando estabelecer elementos espaciais comuns a ambas. Segundo este estudo (SARTORI, VARELA et al, 2004), os elementos constitutivos identificados nas sedes de fazenda analisadas na Coxilha Rica, cujos dados mais característicos serão apresentados, sinteticamente, a seguir:

a) casarão: ponto de partida e chegada da estrutura funcional de toda a sede de fazenda, sendo responsável pela organização do espaço. Emprega a técnica construtiva da taipa de pedra nas paredes externas, proporcionado conforto térmico interno, e internamente as paredes divisórias de tijolos ou estuque (taipa de sopapo). A sede da Fazenda Tijolino é exceção, construída com tijolos. Houve uma preocupação em maximizar a insolação sobre as grossas paredes. Não apresentam alpendre ou varandas;

b) jardim: precede a entrada principal da casa. É cercado por muro de taipa, cuja construção primou por uma geometria regular e definida. Possui cobertura vegetal de grama, aparecem plantas exóticas e uma ou duas árvores. Não era um espaço de passagem, mas sim de estar;

c) galpão dos cavalos: situa-se, em geral, em uma das laterais da casa. Esta disposição permitia a criação de um acesso para o jardim e outro para os fundos da casa, obedecendo a uma hierarquia funcional;

d) galpão das vacas: localizado mais afastado da casa, estando articulado funcionalmente com o galpão dos cavalos. É uma das partes que compõe a mangueira;

e) brete: situado no centro da mangueira. Local onde o gado é vacinado, marcado e apartado. Possui paredes inclinadas de tábuas horizontais com espaço e largura suficiente para a passagem de somente um animal e cobertura simples;

f) horta: possui vínculo direto com as áreas de serviço da casa, podendo ser entendidas como extensão desta. Atende as necessidades diárias de alimentação;

g) pomar: idem. Possui variedades frutíferas que servem muitas vezes como quebra-vento; e

h) currais ou mangueiras: espaços abertos cercados por muros de taipa de pedra, onde

o gado é reunido.

A análise da organização espacial das edificações e espaços abertos das cinco fazendas estudadas indicou que em torno da sede se organizavam os espaços e as edificações destinadas às atividades produtivas, com ênfase funcional. O desenho da planta baixa das sedes é retangular, ficando claro o caráter de estratificação social através de uma hierarquia dos espaços. Associada à fachada principal da casa estão a sala e os aposentos relacionados aos visitantes. A circulação central é formada muitas vezes por um corredor, que liga os espaços externos ao interior da casa. Este espaço intermedia o vestíbulo e o interior da residência, havendo muitas vezes, uma porta corta-vento, cuja função é garantir que não ocorra a circulação de ar frio para o interior da casa.

A disposição dos dormitórios também segue a uma hierarquia espacial, onde o quarto dos proprietários está localizado em situação que propicie o controle aos demais quartos. Os quartos dos filhos e filhas, freqüentemente, são alcovas, isto é, aposentos sem janelas e acessíveis somente pela sala principal. Na parte posterior da casa, estão geralmente situados os espaços destinados aos serviços.

Importante consideração indicada pela equipe responsável pelo levantamento arquitetônico foi uma “memória da ausência”, ou seja, a “(...) categoria de análise que investiga as faltas, a não existência de registro de ocorrência histórica” (SARTORI, VARELA *et al*, 2004). Esta consideração se refere a dois espaços distintos, cujos indícios de suas existência não foram detectados no presente levantamento. O primeiro se refere ao espaço onde se situava o fogo de chão, lugar original da atividade de cozinhar. Outra questão pertinente para estudos aprofundados é a invisibilidade da presença negra nas fazendas. O lugar dos escravos, a senzala, a morada, ou suas ruínas ou fundações não foram encontradas no estudo. “Há um total apagamento da presença dessas pessoas, mão-de-obra das fazendas (equipamento humano), classificados à época como peças, no sentido literal do termo. Não estão aí os traços de suas moradas – e isso é sintomático – como se fosse necessário apagar a sua história” (*ibid.*).

O fenômeno dos caminhos e do tropeirismo não se restringe somente a região sul e sudeste do Brasil, mas ocorreu também em outros países da América do Sul, sendo pesquisado em vários países (LARRAÑAGA, 2004; MIRANDA, 2004^a, 2004^b, 2004^c; GULINO, 2004^a, 2004^b; ROCHA, 2004; e outros) como: Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru entre outros.

Situação atual do Caminho das Tropas

O Caminho das Tropas tem sido alvo de muitos estudos, principalmente no campo da

história. Aliado às questões relativas ao tropeirismo, este tema alcançou grande destaque nos últimos 12 anos, principalmente a partir das edições do *Seminário Nacional sobre Tropeirismo – SENATRO*, organizado pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus, com edições bianuais ocorridas desde o ano de 1992; e o *Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo*, que vem acontecendo a partir de 1998.

O objetivo geral destes eventos é integrar e divulgar os estudos já existentes sobre esta temática, além de propiciar um espaço para novas pesquisas. Muitos são os trabalhos de cunho histórico relevantes apresentados nestes eventos por historiadores para o estudo do Caminho das Tropas, mas também por pesquisadores amadores apaixonados pelo assunto, tanto profissionais liberais quanto funcionários públicos e outros.

Estes trabalhos publicados nos anais das edições do *SENATRO* (SANTOS *et al*, 1995; RODRIGUES *et al*, 2000; SANTOS E BARROSO, 2004) têm destacado o relevante papel que o caminho e a atividade tropeirística tiveram para a formação sócio-econômica da região sul do país, sendo responsável pela fundação de muitos municípios no planalto catarinense, como por exemplo, Lages e Curitiba (MORAES, 2004, p. 422-424), assim como a atual configuração dos principais centros urbanos no sul do Brasil.

No entanto, existem poucas pesquisas, com um viés arqueológico desenvolvidos no Brasil até o presente momento, voltados para a temática dos caminhos.

O trecho, proposta de investigação, contempla não apenas um hiato na produção arqueológica no sul do Brasil, mas também apresenta um grande potencial de sítios arqueológicos históricos, tanto quantitativamente como qualitativamente, expressos pela diversidade e pelo bom estado de conservação; e que ainda não foram alvos de estudos arqueológicos e históricos aprofundados.

Existe proposta no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN tramitando desde 2001 para tombamento junto ao Ministério da Cultura do Caminho das Tropas no trecho localizado em Lages, sob o título “Remanescente do Caminho das Tropas em Lages”, conforme o relatório consultado “Cultura no Brasil 2001” (MINC, 2001). Este processo foi retomado em 2005 com a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre o IPHAN e a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC para a continuidade do processo de tombamento.

Na esfera municipal, o Registro de Santa Vitória é tombado pelos municípios de Bom Jesus (RS) e Lages (SC). Houve também a solicitação de tombamento da sede da Fazenda Cajuru, pelo seu proprietário Sr. Sérgio Arruda, sendo encaminhada ao Prefeito Municipal de Lages, ao Secretário da Secretária da Organização do Lazer - SOL do Estado de Santa Catarina. Este processo está sendo aberto na Fundação Catarinense de Cultura – FCC sob

orientação da UNIPLAC.

Cabe ainda salientar que a instalação da Usina Hidroelétrica Pai Querê no rio Pelotas, provocará além de impacto ambiental e social na região da Coxilha Rica, em Lages, a inundação do Registro de Santa Vitória quando da formação do reservatório.

Relacionado ainda ao Caminho das Tropas, no município de Lapa, Estado do Paraná, foi tombado pelo IPHAN o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lapa* ou simplesmente, sob o nome de *Centro Histórico da Lapa* em 1998. Está registrado no Livro de Belas Artes, no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, tendo uma área tombada composta de 14 quarteirões e 235 imóveis.

Muito se tem discutido sobre a inserção do Caminho das Tropas em roteiros turísticos, mas, efetivamente, pouco tem sido realizado para produção de conhecimento e preservação dos remanescentes existentes. Contudo, nas últimas edições do *SENATRO*, trabalhos acerca do tropeirismo e o turismo tem sido apresentados (DAROS, 2004; MARTONI, 2004; SOLERA, 2004) levantando importantes questões relativas ao turismo ordenado e ao planejamento de ações estratégicas para o desenvolvimento de uma política de turismo sustentável.

As condições de transformação do Caminho das Tropas em produto turístico tem sido discutido a partir da realização de fóruns de secretários de turismo dos quatro estados situados ao longo do antigo Caminho das Tropas: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Um termo de compromisso foi assinado em 18/04/2004, em Porto Alegre, na primeira reunião dos representantes das secretarias de turismo dos quatro estados. O ato possibilita a realização de ações conjuntas desses estados para formatação e desenvolvimento de um novo roteiro turístico integrado. Lages foi sede do segundo encontro ocorrido em 25/06/2004, na qual foi discutida a integração regional envolvendo os quatro estados nesse roteiro.

A terceira reunião do grupo pró Roteiro Turístico Caminho das Tropas ocorreu em 06/08/2004 na cidade de Castro, Paraná, prosseguindo com a discussão sobre o desenvolvimento e a implantação do novo roteiro turístico. Neste evento, foram apresentadas propostas para a criação do Instituto Caminho das Tropas, objetivando o engajamento dos 16 municípios da Rota dos Tropeiros do Paraná ao roteiro que envolverá os quatro estados.

A partir destas reuniões, o Instituto Caminho das Tropas foi oficialmente lançado em setembro de 2004, em reunião ocorrida na cidade de Sorocaba, São Paulo, onde os secretários de turismo dos quatro estados reuniram-se. Este instituto, que objetiva uma organização auto-sustentável e sem fins lucrativos, será responsável pelo gerenciamento do novo roteiro regional. A proposta lançada visa a integração entre os municípios dos estados participantes,

envolvendo mais de 40 municípios nestes estados.

Proposta teórico-metodológica de pesquisa

Partindo do pressuposto de que o Caminho das Tropas e as estruturas construídas ao longo deste são artefatos históricos organizados dentro de um dado espaço e tempo, e resultado de um ou vários processo (s) sócio-econômico (s) vivenciado (s) pelas sociedades pretéritas; propõe-se analisar estas paisagens criadas, construídas ou modificadas a partir de um viés arqueológico.

O estudo da paisagem ou do espaço arqueológico e a relação do homem com o meio ambiente é um fenômeno ainda recente nas pesquisas arqueológicas no Brasil, iniciada principalmente a partir de meados da década 90, onde a paisagem “(...) deixa de ser a tela de fundo, um cenário estático para a ação social, passando a atuar como integrante ativo e interativo desta ação” (SOUSA, s./d.).

Felipe Criado Boado (1999) propõem estudar a espacialidade humana na Arqueologia procurando aproximar a interpretação ao registro arqueológico através da Arqueologia da Paisagem. O autor (BOADO,1999, p. 1) propõe que a Arqueologia da Paisagem:

(...) es una estrategia de trabajo que puede ser utilizada como una herramienta de gestión y estudio del registro arqueológico, y que generalmente la Arqueología no se ha aproximado. (...) ya que una parte fundamental de esta historia es el modo cómo el ser está en el mundo y esto implica ante todo determinar cómo se adapta a, modifica, utiliza, organiza y comprende el espacio (...).

Mas do ponto de vista arqueológico, sob a denominação Arqueologia da Paisagem, pode-se entender como “(...) un programa de investigación orientado hacia el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia” (loc. cit., p. 6).

A redefinição do conceito de paisagem proposto pelo autor, bastante pertinente a este estudo, ultrapassa a perspectiva empirista, entendida como uma realidade já dada, e a funcionalista, explicada como meio e produto dos processos sociais; concebe assim a paisagem como o “(...) producto socio-cultural creado por la objetivación, sobre el medio y en términos espaciales, de la acción social tanto de carácter material como imaginario” (loc. cit., p. 5).

Neste sentido, esta proposta pode ser definida como uma Arqueologia sócio-cultural da paisagem de acordo com Criado Boado (*ibid.*) e a Arqueologia da Paisagem, neste contexto, como uma estratégia de investigação:

(...) que comprende el estudio de todos los procesos sociales e históricos en su dimensión espacial o, mejor, que pretende reconstruir e interpretar los paisajes arqueológicos a partir de los objetos que los concretan. (...) es la inclusión de la práctica arqueológica dentro de coordenadas espaciales. A través de ella se trata de pensar el registro arqueológico y la cultura material desde una matriz espacial y, simultáneamente, de convertir al espacio en objeto de la investigación arqueológica (...).

As contribuições de Criado Boado (1999) ao estudo das paisagens arqueológicas, através do emprego do instrumental da Arqueologia da Paisagem, parece muito procedente e condizente com a realidade e as problemáticas encontradas na área proposta de investigação arqueológica.

Concorda-se, dessa forma, com Sousa (s./d.), quando a pesquisadora afirma que: “A percepção dos caminhos numa perspectiva de uma arqueologia da paisagem surge com um instrumental potencialmente fértil para a compreensão da dinâmica sócio-econômica engendrada nos contextos colonial e imperial brasileiro”.

Uma pesquisa em arqueologia histórica tem como característica primordial o estudo de cultura material associada à documentação histórica disponível. Os procedimentos metodológicos que nortearão a presente pesquisa estão divididos em duas etapas de trabalho distintas, mas que se complementam: etapa de gabinete (estudo das fontes documentais e bibliográficas) e etapa de campo.

Para a realização de uma investigação no campo da arqueologia, não é imprescindível e imperativo que sejam efetuadas intervenções arqueológicas, aqui compreendidas por qualquer atividade que acarrete no desmonte do sítio arqueológico (coleta superficial assistemática ou sistemática, abertura de sondagem, trincheira, cortes, poço-teste; decapagem, escavação), para ser considerado um trabalho de cunho arqueológico. Portanto, tomar-se-á como princípios metodológicos o que diz a *Carta Internacional de Arqueologia*:

Um dos princípios fundamentais da busca de informações e da pesquisa arqueológica é a destruição mínima dos solos arqueológicos, para atender aos objetivos destes estudos científicos a serem feitos. Os métodos pouco destrutivos (sondagens, amostragens, observação no próprio terreno, escavação de salvamento, etc.) devem prevalecer sobre as escavações integrais. (KERN, 1995, p. 12).

Além deste princípio, agregam-se outros fatores limitantes como a carência de financiamentos e a falta de recursos humanos técnicos capacitados. Deste modo, “longe de nos desencorajar, esta série de problemas deve nos fazer refletir sobre os critérios fundamentais que devem dirigir e coordenar as ações de intervenção arqueológicas, no atual contexto econômico e social em que estamos inseridos” (KERN, 1995, p. 7).

Partindo destes pressupostos, serão primeiramente e exaustivamente estudadas as diversas fontes disponíveis sejam estas, fontes primárias ou secundárias. As fontes secundárias referem-se à bibliografia em geral existente sobre o tema, contribuindo para a formação de um contexto histórico, social, econômico e político do período estudado.

Entre as fontes primárias (manuscritos ou impressos) destacam-se: os relatos de viajantes, os documentos administrativos, os relatórios dos governadores da Capitania, relatórios dos vice-reis, correspondências, portarias do governador e outros referentes às Capitanias de São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Outras fontes primárias de pesquisa são também as produções iconográficas (desenhos, pinturas, imagens, fotografias, etc...) e a documentação cartográfica (plantas, cartas, mapas, roteiros, etc...) existente, como: os Mapas do IBGE e do Exército.

Realizar-se-á fichamento das obras secundárias e transcrição das informações obtidas nas fontes primárias, realizando análise dos dados obtidos. Para a organização dos dados será utilizado o *Guía para la clasificación de los datos culturales* de George P. Murdock *et al* (1954). Este guia foi planejado para dois propósitos: primeiro, facilitar a anotação e a classificação dos dados culturais de qualquer sociedade; e, segundo, facilitar aos investigadores a localização rápida dos dados que interessam. Isto implica na existência de um sistema de organização uniforme, que permita colocar sistematicamente todos os dados de uma cultura.

Com base neste arcabouço documental, serão realizadas etapas de campo buscando empregar procedimentos metodológicos específicos e distintos, de acordo com as características da área objeto de estudo. Inicialmente faz-se necessário um levantamento arqueológico extensivo da área de pesquisa, objetivando localizar e proceder ao registro dos sítios arqueológicos existentes. Para tal finalidade, adotar-se-á os procedimentos tradicionalmente empregados para cobertura total ou *full coverage survey*, ou seja, percorrimto da área através de caminhamento sistemático (FERDIÈRE, 1998) tendo como *transect* (linhas imaginária ou real) guia os remanescentes do próprio caminho (os corredores com muros de taipa).

O procedimento seguinte é o georeferenciamento dos vestígios arqueológicos históricos localizados através do uso de GPS - *Global Positioning System* e elaboração de um inventário completo do patrimônio arqueológico, especificando a extensão e a natureza dos sítios arqueológicos, de acordo com o proposto pela Carta Internacional de Arqueologia (KERN, 1995, p. 12). Propõem-se ainda a confecção de um mapa arqueológico da área pesquisada. O registro dos sítios arqueológicos será realizado através do preenchimento da ficha padrão do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA do IPHAN.

A partir dos registros arqueológicos evidenciados, selecionar-se-á uma amostragem dos elementos da paisagem arqueológica para estudos que contemplem e possibilitem analisar as diferentes problemáticas levantadas para esta pesquisa, quais são: a) a invisibilidade do escravo no espaço da fazenda; b) as primeiras fundações de Lages; c) a localização do Registro de São Jorge; d) a possível existência de um Quilombo; e e) a organização e relação dos diferentes sítios arqueológicos contemporâneos situados ao longo do Caminho das tropas nos séculos XVIII e XIX.

Para o estudo de caso das fazendas, a proposta é, a partir das cinco fazendas já estudadas do ponto de vista arquitetônico, empregar estas como modelo, aumentando a amostra e selecionando outras fazendas de interesse e relevância, relacionadas ao período proposto para o estudo. Buscar-se-ão indícios sobre a localização das senzalas através de levantamento arquitetônico e espacial das estruturas que originalmente compunham cada fazenda. Concomitantemente, levantar informações orais junto aos empregados e proprietários em relação à existência de moradias dos escravos nas fazendas e a sua provável localização. Aproveitar a informação a respeito de uma fazenda que possuía uma senzala (Fazenda Cajuru), empregando-a como modelo a ser testado e comparado-a as fazendas selecionadas para a pesquisa.

A partir da análise de todos os dados que forem obtidos, realizar prospecções arqueológicas, se caso for necessário, na provável área indicada para a senzala nas fazendas, caso esta esteja situada fora da casa sede, em busca de indícios materiais de sua localização, comprovando a sua existência, como: estruturas de chão batido, resquícios de estruturas construtivas, vestígios de fogo de chão, cerâmica neobrasileira, cachimbos entre outros.

Com relação às antigas fundações de Lages, o registro São Jorge e o Quilombo, buscar indícios na documentação estudada que propicie correlacionar e comparar as estruturas arqueológicas arquitetônicas que por ventura sejam evidenciadas no levantamento arqueológico. Caso seja necessário, e neste caso complementarmente, poderá se realizar sondagens com a finalidade de delimitar o perímetro do sítio ou poços-teste, como estratégia que permite abrir uma janela para visualizar a sub-superfície, identificando a camada arqueológica, o conteúdo cultural, a espessura, o perfil stratigráfico e possíveis estruturas arqueológicas enterradas.

Para a finalidade de realizar prospecções arqueológicas com intervenções em sub-superfície em áreas amplas, será empregado o método sistemático-geométrico proposto por Redman (1975), muito apropriado e eficiente para avaliação de grandes extensões e a localização da (s) área (s) arqueológica (s) sem evidências materiais em superfície. Este método consiste em executar sondagens sistemáticas com intervalos regulares em linhas

paralelas. A malha que se propõe para a área de pesquisa é linhas e sondagens intercaladas a cada 10m com a realização de corte-teste de 50x50cm e profundidade conforme as características do terreno. Esta estratégia de amostragem permite também fazer inferência quanto ao perímetro do sítio arqueológico.

Elementos de análise

Na perspectiva de compreender como estes espaços foram culturalmente apropriados pelos diversos atores sociais, faz-se necessário apresentar quais são os possíveis elementos desta paisagem que se pretende analisar:

a) O caminho em si: o corredor construído com taipa de pedra e sua instalação na paisagem;



Figuras 1 e 2: Vista geral do corredor construído de taipa de pedra seguindo o relevo das coxilhas, Coxilha Rica, Lages. Foto: Ricardo Almeida. Acervo: UNIPLAC.

b) O entorno físico do caminho: locais de travessia de rios e arroios (passos), locais de parada da tropa para aguada (provisão de água potável), áreas calçadas ou preparadas para travessia de um terreno difícil;



Figuras 3 e 4: Locais de parada da tropa para aguada e de travessia de rios e arroios. Fotos: Ricardo Almeida. Acervo: UNIPLAC.

c) As áreas de pouso: locais que teriam sido utilizados para o pernoite da tropa ou

pouso por um curto ou longo período, como para recuperação e engorda do rebanho.

d) Áreas de captação de matéria-prima (blocos rochosos): locais onde a rocha basáltica foi extraída para a construção dos corredores, muros de divisas, mangueiras, estruturas arquitetônicas dos casarios e várias outras.

e) As estruturas habitacionais: ranchos existentes ou outras habitações existentes ao longo do caminho.

f) As estruturas de fazenda: sedes de fazendas, casas dos agregados, senzala, galpões, capela, brete, mangueiras, pomar, jardim entre outras mais.



Figuras 5 e 6: Vista geral e detalhe da fachada principal da sede da Fazenda Cajuru em estilo arquitetônico luso-brasileiro de 1865. Fotos: Ana Lucia Herberts. Data: 22/11/04. Acervo particular de Ana Lucia Herberts.



Figuras 7 e 8: Vista geral da sede da Fazenda Santa Tereza em estilo arquitetônico luso-brasileiro. Em primeiro plano o jardim situado em frente a casa cercado com taipa e ao lado o galpão e conjunto de mangueiras (esq.). Detalhe da fachada principal da sede da Fazenda São João em estilo arquitetônico luso-brasileiro de 1870 (dir.). Fotos: Ana Lucia Herberts. Data: 04/02/04. Acervo: Scientia Ambiental.

g) As tentativas de fundação de Lages: resquícios arqueológicos e arquitetônicos da possível primeira fundação de Lages e possíveis resquícios arqueológicos da segunda tentativa.

h) O quilombo: possíveis resquícios arqueológicos de um quilombo.



Figuras 9 e 10: Vista geral das sedes da Fazenda Limoeiro (esq.) e da Fazenda Tijolinho (dir.). Fotos: Ricardo Almeida. Acervo: UNIPLAC.

i) Os cemitérios: espaço organizado com finalidade de enterrar os mortos. Estão situados, em geral, distantes das sedes de fazendas, sobre colinas aplainadas e cercados com muro de taipa de pedra.



Figuras 11 e 12: Vista geral do Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor e seu estado de conservação precário. Fotos: Ana Lucia Herberts. Data: 25/01/04. Acervo: Scientia Ambiental.

j) Os registros imperiais: O Registro de Santa Vitória já foi registrado no âmbito do levantamento arqueológico para UHE Pai Querê (HERBERTS, 2004^b, p. 102-107) e suas estruturas ficarão submersas quando da formação do reservatório. Quanto ao Registro de São Jorge, a sua localização não é conhecida oficialmente.



Figuras 13 e 14: Detalhe do muro de taipa que faz parte do *Complexo do Registro Santa Vitória*, Lages, SC. Fotos: Ana Lucia Herberts. Data: 24/01/04. Acervo: Scientia Ambiental.

Dentro do contexto atual apresentado a respeito do Caminho das Tropas, pretende-se aprofundar o estudo deste caminho e dos sítios arqueológicos relacionados, a partir de uma perspectiva arqueológica de análise, contribuindo para a compreensão deste fenômeno como responsável pela formação e configuração da região do planalto catarinense como hoje a conhecemos.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, Véra Lucia Maciel. O caminho do "Certão": da integração ao isolamento. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi *et al* (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995, p. 37-44.
- BOADO, Felipe Criado. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. **CAPA 6**. Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje. Santiago de Compostela, abr. 1999, p. 1-34.
- BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao Poente da Serra Geral: A abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, 111p.
- CHMYZ, Igor *et al*. **Levantamento e zoneamento arqueológico do Caminho do Itupava. Serra do Mar**. Engemin Engenharia e Geologia Ltda, CEPA/UFPR. Curitiba, 2001.
- COPÉ, Silvia Moehlecke (Coord.). **Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, SC/RS**. Relatório Final 01: Levantamento Arqueológico da margem esquerda do rio Pelotas, RS. Florianópolis, Consórcio Pai Querê, UFRGS/IFCH/NUPARq, Scientia Ambiental, jun. 2004.
- COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens – sua História e Influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4 volumes.
- DAROS, Marília. O turismo cultural do tropeirismo. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 738-741.
- FERDIÈRE, A. Les prospections au sol. In M. DABAS et alli. **La prospection**. Paris, Editions Errance, 1998.
- GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Breve Memória Histórica das Alfândegas Brasileiras**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/Historia/catalogocolonial/letrar/registros.htm>. Acessado em 19 de outubro de 2004.
- GULINO, Mirta Graciela. Las Rastrilladas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^a, p. 406-414.
- _____. Tropas de Carretas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^b, p. 102-107.
- HERBERTS, Ana Lucia. Levantamento Arqueológico do Reservatório – margem direita do rio Pelotas / SC. In: CALDARELLI, Solange Bezerra (Coord.). **Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, SC/RS**. Relatório Final 02: Levantamento Arqueológico da margem direita do rio Pelotas, SC. Volume I. Florianópolis, Consórcio Pai Querê, Scientia Ambiental, jul. 2004^b, p. 76-201.
- JACOBUS, André Luiz. Registro de Viamão: novos aportes históricos e arqueológicos. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi *et al* (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995, p. 121-130.
- _____. **Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha - RS)**. Versão ampliada e atualizada. Dissertação (em História

concentração: Arqueologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997, 161 p.

_____. O registro de Viamão: um pedágio do século XVIII na América Portuguesa. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 22, nº 27/28, p. 63-76, jan./dez. 1998.

_____. A Estrada das Tropas e seus Três Registros: vectores de relações sociais e econômicas no Brasil Colonial. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira *et al* (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2000, p. 59-76.

JACOBUS, André Luis; *et al.*. Projeto Arqueológico no município de Santo Antônio da Patrulha (Rio Grande do Sul). In: CONSENS, Mario; MAZZ, José María Lopez & CURBELO, María del Carmen. **Arqueología en el Uruguay: 120 años despues**. VIII Congreso Nacional de Arqueología Uruguaya. Maldonado, 1995, p. 428-431.

KERN, Arno Alvarez. A Carta Internacional da Arqueologia e os critérios básicos para a intervenção em sítios arqueológicos. **VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre, 1995, 16 p.

LARRAÑAGA, Ubaldo. Arrieros y Reseros. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 60-73.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana Lice. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MARTONI, Rodrigo Meira. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 753-765.

MINC. Ministério da Cultura. **Relatório Cultura no Brasil 2001**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/relats/rel01.doc>. Acessado em 19 de outubro de 2004.

MIRANDA, Juan José García. Arrieros, troperos y llameros en el imaginario colectivo. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^a, p. 74-203.

_____. Caminos del Inka. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^b, p. 204-207.

_____. Sobre Rutas y Ciudades de los Arrieros. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^c, p. 384-405.

MORAES, Aldair Goeten de. As cidades tropeiras de Santa Catarina. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 422-424.

MURDOCK, George P. *et al.* **Guía para la clasificación de los datos culturales**. Manuales técnicos I. Washington, D.C., Instituto Indigenista Nacional de Guatemala, 1954, 248p.

OLIVEIRA, Lizéte Dias de. O Caminho das Tropas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^a, p. 192-203.

_____. Resgate arqueológico no Registro de Santa Vitória. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^b, p. 692-702.

_____. **O Caminho das Tropas**. S./d/. Disponível em <http://www.cipa.icomos.org/fileadmin/papers/olinda/99c507.pdf>. Acessado em 14/out./2004.

OLIVEIRA, Lizéte Dias de *et al.* O Caminho das Tropas. In: KERN, Arno Alvarez & HILBERT, Klaus (Org.). **Arqueologia do Brasil Meridional**. Coleção Arqueologi@Virtual 1. Porto Alegre: PUCRS, 2002^a.

_____. Trabalhos Arqueológicos no Registro Santa Vitória. In: KERN, Arno Alvarez & HILBERT, Klaus (Org.). **Arqueologia do Brasil Meridional**. Coleção

Arqueologi@Virtual 1. Porto Alegre: PUCRS, 2002^b.

PARELLADA, Claudia Inês. S./d. Disponível em <http://celepar8cta.pr.gov.br/secs/Cnoti.nsf/0/7e1336308af73d8703256cc500753923?OpenDocument> acessado em 26/11/2004

RAMOS, Vidal. Notas para história da fundação de Lajes (1766-1783). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, v. 12, 1944.

REDMAN, C. L. Productive Sampling Strategies for Archaeological Sites. In: MUELLER, J. W. (Ed.). **Sampling in Archaeology**. Tucson, The University of Arizona Press, cap. 8, 1975, p. 147-154.

ROCHA, Teresa. El tráfico mular desde Entre Rios y Santa Fé (1778-1810) (Caminos, Invernadas, Feriasy Resguardos). In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 215-237.

RODRIGUES, Elusa Maria Silveira; MADEIRA, Jussara Lisboa; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2000, 430 p.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, 763 p.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; *et al.* (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995.

SARTORI, Sérgio; VARELA, Iáscara Almeida *et al.* **Levantamento do Patrimônio Histórico, Ambiental e Sócio-Econômico do Caminho das Tropas – trajeto Cajuru/Passo Santa Vitória – Lages SC**. Relatório. Versão Parcial. Lages, UINPLAC, 2004.

SILVA, Adriana Fraga. **Projeto para o resgate histórico e arqueológico do Registro de Santa Vitória: levantamento histórico como suporte para salvamento arqueológico**. XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. A arqueologia no novo milênio. **Resumos**. Rio de Janeiro, 2001, p. 114.

_____. **Para uma interpretação da paisagem arqueológica do tropeirismo em Bom Jesus / RS**. Projeto de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003, 21 p.

_____. O Registro Santa Vitória: seu potencial histórico e arqueológico. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na Rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004^a, p. 285-288.

_____. Projeto arqueológico – espaço, sociedade e cotidiano: uma aproximação ao tropeirismo através da arqueologia. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004^b, p. 703-721.

_____. Uma proposta para o estudo da paisagem arqueológica do tropeirismo em Bom Jesus / RS. Comunicação apresentada no **IV Encontro do Núcleo Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Criciúma, 2004^c.

SOLERA, Carlos Roberto. Projeto turístico Rota dos Tropeiros. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi & BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 749-752.

SOUSA, Ana Cristina. **Caminhos antigos enquanto artefatos**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Trabalho de conclusão da disciplina “Cotidiano doméstico e cultural material do século XIX – Rio de Janeiro”, s./d.